

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRA RAZÃO :

AO

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO COONSELHOR REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO – COREN.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00006/2023-000

PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº 2668/2022

MR COMPUTER INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 00.495.124/0001-95, estabelecida na Rodovia Presidente Castelo Branco, nº 11.350, Km 30,5, sala 03 – Jardim Maria Cristina, Barueri, SP, CEP: 06421-400, por seu representante legal Sr. Fernando Wohnrath Zamur, vem, tempestivamente com fulcro no item 6 do instrumento convocatório, art. 43, IV, da Lei 8.666/93 e art. 4º, VII, da Lei 10.520/02, apresentar:

CONTRARRAZÕES

ao Recurso Administrativo interposto pela empresa GP EMISSÃO INSTANTÂNEA E GESTÃO DE DOCUMENTOS LTDA, ora recorrente, a fim de que seja mantida a classificação e declaração de vencedora da Recorrida, pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos:

DOS FATOS E DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

Trata-se de Pregão Eletrônico cujo objeto é "O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de serviços continuados de outsourcing de impressão, digitalização e cópias, conforme descrito neste Edital e seus anexos".

A empresa GP, inconformada com a CLASSIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO da MR COMPUTER INFORMÁTICA LTDA, interpôs Recurso Administrativo alegando em síntese:

"II.1" que houve a mudança na marca e modelo do equipamento ofertado para o item 08 do edital.

Os argumentos trazidos em sede de recurso, com o devido respeito, padecem de quaisquer fundamentos técnicos ou jurídicos, senão vejamos:

Em 23/02/2023 após a análise das propostas pela equipe técnica o Sr. Pregoeiro interpelou a Recorrida quanto as características técnicas do equipamento perfil 04, em sequência, suspendeu a sessão para a Mr Computer verificar junto ao fabricante e responder aos questionamentos levantados.

Quando da reabertura em 24/02/2023, onde a Recorrida apresentou as respostas dos questionamentos do dia 23/02, o Sr, Pregoeiro informou que havia um fato novo, e questionou o atendimento ao item 4.2.8 do Anexo I do Edital, onde a Mr informou que o equipamento fora descontinuado porem havia divergência com o item 4.1.1.2 do mesmo Anexo.

Após o Sr, Pregoeiro suspendeu novamente a sessão para verificação jurídica e retornou com a resposta mais condizente com a legalidade:

Pregoeiro 24/02/202316:01:33 Para MR COMPUTER INFORMATICA LTDA - 6 - a única possibilidade de prosseguirmos será, então, a apresentação de novo aparelho que atenda ao que fora exigido em edital, sem majoração dos valores, que será novamente analisado pela área técnica.

Pregoeiro 24/02/202316:03:57 Para MR COMPUTER INFORMATICA LTDA - 7a - a alteração de marcas e modelos durante a etapa de apresentação de propostas é ferramenta bastante comum e com vasta jurisprudência; além disso, sendo outro equipamento que atenda aos requisitos do edital e mantenha o preço,

Pregoeiro 24/02/202316:04:21 Para MR COMPUTER INFORMATICA LTDA - 7b - estará cumprido o Art. 17, VI do Decreto10.024/2019, que nos diz: "sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas , dos documentos de habilitação e sua validade jurídica".

Assim a Recorrida apresentou nova proposta com equipamento mais atual superior ao solicitado em edital e mantendo os mesmos valores apresentados no momento final de disputa.

Ora, o Sr. Pregoeiro na própria sessão deixa claro que a decisão tomada possui total amparo legal e manteve toda a isonomia do processo.

A Recorrente tenta apegar-se a um excesso de formalismo, para o julgamento da proposta buscando que a contratação seja feita pelo preço mais alto e oneroso ao erário. A própria legislação e jurisprudência como descrita em ATA pelo Sr. Pregoeiro já o respalda.

Bem assevera o STJ - Superior Tribunal de Justiça, em sede de Mandado de Segurança nº 5.418-DF :

"O formalismo no procedimento licitatório não significa que se possam desclassificar propostas eivas de simples omissões ou defeitos irrelevantes". (Ministro DEMÓCRITO REINALDO MS 5.418-DF, DJU, 01.06.98).

Indiscutível que o formalismo excessivo é uma manifestação da burocracia inútil e do desvio de finalidade que, em situações extremas, causam dano ao erário sob o manto da legalidade estrita. Em contrapartida, o interesse da Administração é reunir o maior número de concorrentes, implementando o caráter competitivo do certame, a fim de obter a proposta mais vantajosa. Assim sendo, é recomendável a classificação da proposta da Impugnante/Mr Computer.

Oportuna e magistral a síntese do Professor Hely Lopes Meirelles (grifo nosso): "O que o princípio da igualdade entre os licitantes veda é a cláusula discriminatória ou o julgamento faccioso que desiguala os iguais ou iguala os desiguais, favorecendo a uns e prejudicando a outros, com exigências inúteis para o serviço público, mas com destino certo a determinados candidatos" (MEIRELLES, Hely Lopes. Licitação e Contrato Administrativo. São Paulo,

RT, 1990).

"II.2" que a recorrida não apresentou os documentos descritos nos itens 8.5 e 8.10 do Edital em especial o item: "8.13.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um)."

Ocorre que toda documentação solicitada foi apresentada e está disponível no site do Comprasnet, houve o não atingimento de um índice econômico-financeiro abaixo de 1, porem, como perfeitamente observado pelo Sr. Pregoeiro, para esta situação, havia alternativa no próprio Edital:

"Pregoeiro 17/02/2023 15:55:10 Para MR COMPUTER INFORMATICA LTDA - A documentação de habilitação parece correta. Temos a habilitação jurídica, a única certidão necessária que está vencida no Sicaf é a municipal que foi enviada à parte. Há um índice econômico-financeiro abaixo de 1, mas como previsto no edital, é possível substituir por capital social e/ou patrimonio liquido e ambos atingem o mínimo necessário com folga."
Mais uma tentativa de tumultuar o processo

"II.3- A proposta da Recorrida não é exequível"

Nesta alegação não traz nenhum fato para corroborar sua narrativa, ainda alega que não foi descrito marca e modelo dos equipamentos ofertados, mais uma vez mostrando desconhecimento do processo, pois a proposta da Recorrida bem como as demais licitantes está disponível para consulta. Ainda, se faltasse marca e modelo cairia por terra a alegação do "II.1" de seu próprio recurso.

Quanto a exequibilidade houve disputa com outros licitantes.

Como 3º colocado só cabe tentar confundir a Administração.

Assim, impõe-se o indeferimento de plano do Recurso, uma vez que ausente qualquer elemento "novo" ou mesmo "técnico" que motive a reforma da decisão originalmente proferida pelo I. Sr. Pregoeiro, subsidiado pela douta Equipe de Apoio.

DO PEDIDO

Diante do exposto, requer seja NEGADO PROVIMENTO ao Recurso interposto pela empresa GP EMISSÃO INSTANTÂNEA E GESTÃO DE DOCUMENTOS LTDA, em virtude da manifesta ausência de pressupostos jurídicos ou fáticos que socorra a Recorrente.

Termos em que.

P. e E. Deferimento.

São Paulo, 08 de março de 2023

MR COMPUTER INFORMÁTICA LTDA

Voltar **Fechar**